



Relatório Anual

2014



ABERTURA

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Neste Relatório Anual de Informações de 2014, a Diretoria da FAECES apresenta as principais atividades desenvolvidas, os resultados do plano de gestão administrativa, do plano assistencial e dos planos de benefícios administrados pela Entidade no ano de 2014. O documento fornece informações sobre a situação patrimonial dos planos, da política e dos resultados de investimentos, das despesas administrativas e com investimentos e da situação atuarial inerentes à real situação dos planos de benefícios administrados pela Entidade, em 31 de dezembro de 2014.

O ano de 2014 foi marcado por momentos turbulentos e oscilações macroeconômicas, como a inflação em alta, a elevação na taxa básica de juros (Selic) e a queda da rentabilidade nas operações na Bolsa de Valores, que influenciaram no desempenho dos investimentos. Apesar disso, em função das estratégias de alocação adotadas pelos gestores de recursos e pela FAECES, a Entidade garantiu resultados positivos, porém não alcançou a meta atuarial prevista para 2014, assim como grande parte das entidades de previdência complementar. O ano de 2015 também poderá ser um ano difícil e a FAECES continuará a buscar as melhores alternativas para investir os recursos dos planos administrados pela Entidade.

São 20 anos pela busca incessante de uma gestão adequada aos anseios dos participantes e assistidos, sempre de forma responsável com a preservação do patrimônio e com o objetivo de proporcionar a segurança econômico-financeira e atuarial dos planos.

A FAECES com a finalidade de melhorar suas práticas de gestão, implementou durante o ano de 2014 várias ações que podem ser observadas a seguir neste Relatório Anual.

Boa leitura.

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

2. ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA

- **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**

A FAECES submeteu à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a proposta de atualização do Estatuto da Entidade que havia sido aprovada pelo Conselho Deliberativo no dia 06 de janeiro de 2014 e pela Diretoria da CESAN em 19 de fevereiro de 2014.

As alterações propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo com as respectivas justificativas, foram publicadas no site da FAECES e na intranet do patrocinador CESAN.

A Previc aprovou as alterações propostas através da Portaria 679 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2014.

O novo Estatuto com as alterações realizadas está disponível no site da FAECES.

- **REGIMENTO INTERNO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS**

Com a aprovação da alteração do Estatuto pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) ocorrida em 18 de dezembro de 2014, tornou-se necessária a elaboração pela FAECES do Regimento Interno dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de disciplinar o funcionamento e a execução das competências destes Órgãos.

O conteúdo do Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e deve ser observado na operacionalização das atividades de rotina, juntamente com o estabelecido na legislação, no Estatuto e nos Regulamentos dos planos administrados pela FAECES.

- **SERVIÇO PASSADO**

Em agosto de 2001 foi celebrado um contrato entre CESAN e FAECES, onde o primeiro reconheceu uma dívida com a Fundação referente ao tempo de serviço passado dos seus empregados anterior a criação do Plano de Benefício Definido e que foi averbado como tempo de contribuição efetiva a este.

Ao final de 2014, com um saldo remanescente de R\$ 15.418.309,07, foi repactuado através do Termo Aditivo 02, um novo valor determinado por estudo atuarial em função da revisão do plano de cargos e salários do patrocinador, bem como, dos percentuais de aumento real concedidos aos seus empregados em setembro de 2014. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros (INPC + 6% a.a.) do termo Aditivo nº 01, o novo montante de dívida reconhecida é de R\$ 26.649.244,07, que será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015.

Conforme controles mantidos pela Entidade podemos assegurar que a CESAN pagou rigorosamente em dia R\$ 1.063.297,98 de juros, R\$ 1.150.124,15 de correção e R\$ 5.139.436,20 de amortização da referida dívida, restando um saldo de R\$ 15.418.309,07 que foi repactuado conforme explicado acima.

DETALHAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA REFERENTE AO SERVIÇO PASSADO						
ANO	Valores em R\$					
2014	Saldo anterior	Juros	Correção	Amortização	Prestação	Saldo Atual
Janeiro	20.557.745,27	100.075,10	148.736,31	428.286,35	677.097,76	20.129.458,92
Fevereiro	20.129.458,92	97.990,21	127.432,93	428.286,35	653.709,49	19.701.172,57
Março	19.701.172,57	95.905,31	126.701,30	428.286,35	650.892,96	19.272.886,22
Abril	19.272.886,22	93.820,41	158.806,99	428.286,35	680.913,75	18.844.599,87
Maió	18.844.599,87	91.735,51	147.703,42	428.286,35	667.725,28	18.416.313,52
Junho	18.416.313,52	89.650,61	111.035,78	428.286,35	628.972,75	17.988.027,17
Julho	17.988.027,17	87.565,72	46.996,54	428.286,35	562.848,61	17.559.740,82
Agosto	17.559.740,82	85.480,82	22.938,79	428.286,35	536.705,96	17.131.454,47
Setembro	17.131.454,47	83.395,92	30.986,73	428.286,35	542.669,00	16.703.168,12
Outubro	16.703.168,12	81.311,02	82.243,95	428.286,35	591.841,32	16.274.881,77
Novembro	16.274.881,77	79.226,12	62.145,61	428.286,35	569.658,08	15.846.595,42
Dezembro	15.846.595,42	77.141,23	84.395,80	428.286,35	589.823,38	15.418.309,07*
TOTAL		1.063.297,98	1.150.124,15	5.139.436,20	7.352.858,33	

*O Saldo repactuado conforme Termo Aditivo nº 02 e de acordo com as explicações acima é de R\$ 26.649.244,07.

• CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Em observação à legislação e com base em estudo atuarial, a FAECES implementou cobrança de contribuição extraordinária a partir de março de 2012, para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano de Benefício Definido, a fim de equacionar o déficit acumulado no final do ano de 2010.

Assim, o estudo atuarial elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial e aprovado pelo Conselho Deliberativo e Patrocinador CESAN, concluiu pela necessidade de cobrança de contribuições extraordinárias nos seguintes percentuais:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
Período	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
de março/2012 a fevereiro/2013	0,54%	0,52%	0,53%
de março/2013 a fevereiro/2014	0,54%	0,52%	0,53%
de março/2014 a fevereiro/2015	0,79%	0,66%	0,78%
de março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
de março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
de março/2017 a fevereiro/2018	1,80%	1,51%	1,79%

Importante esclarecer que a contribuição extraordinária determinada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), tem o objetivo de recomposição das reservas necessárias para o pagamento de benefícios atuais e futuros. No ano de 2014 esses valores foram recebidos pela FAECES através de desconto do pagamento de benefício mensal dos assistidos e do pagamento mensal dos participantes do Plano de Benefício Definido e repassados para a FAECES regularmente, assim como o pagamento dos patrocinadores, que encontra-se rigorosamente em dia com a Entidade.

- **PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PERMANECE SEM CORREÇÃO PARA 2015**

A contribuição administrativa é destinada a custear as despesas administrativas realizadas pela FAECS na administração dos planos de benefícios. A FAECS manteve em 2014 a política de redução de custos administrativos não sendo necessário aumentar a contribuição administrativa paga pelos participantes, assistidos e patrocinadores em 2015.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

- **CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES**

Ao final de 2014 todos os diretores e integrantes do Conselho Deliberativo estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica, atendendo, portanto, a legislação vigente, que determina que 100% da Diretoria Executiva e a maioria do Conselho Deliberativo obtenha a certificação. Além de ser uma exigência legal, a certificação é um elemento importante na busca permanente por elevado nível de governança, já que para obtê-la é necessário ter conhecimento sobre o mercado de previdência e financeiro e os processos de gestão de um fundo de pensão.

O desafio agora passa a ser a certificação dos membros do Conselho Fiscal, que já conta com uma conselheira certificada.

- **SUBSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE CONSULTORIA EM INVESTIMENTOS E RISCO**

Desde de janeiro de 2014, a Aditus Consultoria Financeira é a empresa responsável pela consultoria em investimentos e risco da FAECS. A Aditus é uma empresa sólida com tradição no mercado e conta com vasta experiência na consultoria de gestão de recursos. A substituição da empresa de consultoria trouxe para a FAECS uma significativa redução do custo.

- **AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS**

Entre fevereiro e março de 2014 a FAECS adquiriu um expressivo lote de Notas do Tesouro Nacional (NTN_B). Com vencimentos em maio de 2023, remunerando à inflação mais juros suficiente para cobrir as metas da Fundação, a FAECS tem a intenção de manter esse lote de NTN-B's até o vencimento. O objetivo dessa operação financeira é proteger o patrimônio do Plano de Benefício Definido e do Plano de Benefícios II da volatilidade da bolsa de valores e dos fundos indexados à inflação, além de garantir uma rentabilidade superior à rentabilidade dos fundos de renda fixa.

- **GESTÃO ESTRATÉGICA E DE RISCOS (ALM)**

A FAECS implantou, com auxílio das empresas especializadas Projeção Consultoria Atuarial e Aditus Consultoria Financeira, ferramenta de gestão estratégica de investimentos denominada ALM – Asset Liability Management.

O ALM além de ser uma ferramenta de gerenciamento de riscos, é também uma ferramenta de gestão estratégica, considerando que abrange o planejamento dos planos de previdência em relação ao casamento entre o passivo do plano e o ativo aplicado.

A metodologia utilizada nesse estudo procura determinar, à luz do passivo atuarial, os cenários econômicos, as características dos ativos atuais da Entidade, as condições impostas pela legislação e pela Política de Investimentos, propondo uma alocação estratégica que maximize a probabilidade de que os objetivos da entidade sejam alcançados no futuro.

Um estudo de ALM deve levar em consideração a particularidade de cada entidade para que se possa atingir as melhores expectativas que essa ferramenta oferece aos seus gestores, considerando que o objetivo básico de uma Entidade de Previdência Complementar é preservar/acumular reservas capazes de honrar os compromissos junto aos participantes no momento do usufruto dos benefícios.

- **MANUAL DE INVESTIMENTOS**

O Manual de Investimentos foi elaborado pela FAECEs em parceria com a empresa de consultoria de investimentos Aditus, e detalha as atividades, responsabilidades, limites de atuação e procedimentos rotineiros do trabalho relacionado a investimentos dentro da Entidade.

Esta é mais uma iniciativa da FAECEs para o aprimoramento da governança.

4. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

- **APROXIMAÇÃO COM OS EMPREGADOS DA CESAN**

Em continuidade ao trabalho realizado em 2013, onde a Entidade atuou de forma a estreitar ainda mais os laços com o participante e assistido, durante o ano de 2014 a FAECEs com apoio do patrocinador CESAN realizou vários eventos na Grande Vitória e no interior do Estado, com participantes do Plano de Benefício Definido, do Plano de Benefícios II e com os empregados que ainda não haviam aderido ao Plano, com o objetivo de ampliar o conhecimento dos presentes sobre os benefícios administrados pela FAECEs e sobre a importância de contar com um plano de previdência complementar na aposentadoria.

Foram mais de 30 palestras para um público de 400 empregados aproximadamente. O sucesso dos eventos pode ser percebido pelo número de adesões ao Plano de Benefícios II logo em seguida às palestras. No ano foram 56 novas adesões ao Plano de Benefícios II.

- **VIDEO INSTITUCIONAL**

Outra medida na busca de aproximação e uma melhor forma de comunicação com os participantes, assistidos e com os empregados da CESAN que ainda não aderiram ao Plano oferecido pela Entidade, foi a contratação de uma empresa especializada para produzir o primeiro vídeo de caráter institucional, que tem como objetivo apresentar a FAECEs, sua história e as vantagens da previdência complementar.

O vídeo está disponível no site www.faeces.com.br.

- **REFORMULAÇÃO DO PORTAL DA FAECEs**

A FAECEs fez importantes mudanças no seu espaço na internet, a fim de deixá-lo moderno, interativo e melhorar e facilitar a navegabilidade. O conteúdo também ficou mais completo: além das informações sobre os planos de benefícios, estatuto, gestão do patrimônio, o participante pode conferir notícias e dicas sobre educação financeira e previdenciária.

- **EVENTOS**

Em 2014, empregados, diretores e conselheiros da FAECEs participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar, agregando mais experiência na gestão da Entidade.

- **PARTICIPAÇÃO NO 8º ENCONTRO DE INOVAÇÃO DA CESAN**

Os Diretores da FAECS participaram do 8º Encontro de Inovação da CESAN, onde foi evidenciado que o patrocinador CESAN tem uma cultura sólida e um ambiente que valoriza a inovação.

O evento teve como objetivo integrar equipes, promover o intercâmbio, conhecer novidades em tecnologias, processos e gestão do patrocinador CESAN dos Planos de Benefícios administrados pela FAECS.

Durante o Encontro, a FAECS esteve disponível em um espaço reservado especialmente para atendimento aos interessados em informações e em esclarecimentos de dúvidas.

INFORMAÇÕES GERAIS

5. NÚMERO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A FAECES encerrou o exercício de 2014 com 1.092 participantes e 849 assistidos. A distribuição dos Participantes e Assistidos comparada ao exercício anterior, pode ser verificada no quadro abaixo.

Com a implantação de um novo plano de benefício em 2005, o Plano de Benefício Definido está fechado a novas adesões. Portanto, a tendência desse plano é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2014	31/12/2013
Participantes	537	553
Ativos	536	552
Autopatrocinados	1	1
Assistidos	848	840
Aposentadoria	690	684
Pensão por Morte	158	156
TOTAL	1.385	1.393

O Plano de Benefícios II aberto a adesões de novos participantes a partir de fevereiro de 2006, obteve um crescimento em 2014 em torno de 9% se comparado ao ano de 2013.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2014	31/12/2013
Participantes	555	511
Ativos	541	501
Autopatrocinados	14	10
Assistidos	1	0
Aposentadoria	1	0
TOTAL	556	511

6. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2014, R\$ 14.611.451,02 de receitas previdenciais e R\$ 15.923.724,19 de despesas previdenciais.

RECEITAS PREVIDENCIAIS (R\$)						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes e Assistidos	Patrocinador			
2013	2.890.412	3.253.985	7.805.306	540.113	27.818	14.517.634
2014	2.816.910	3.578.937	7.352.858	862.663	83	14.611.451

Na coluna "Autopatrocinado" estão incluídos os empregados que pagam a sua contribuição e a do Patrocinador

DESPESAS PREVIDENCIAIS (R\$)					
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Total
2013	13.389.203	1.127.940	66.459	121.147	14.704.749
2014	14.645.293	1.218.213	37.170	23.048	15.923.724

• PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2014, R\$ 2.765.417,43 de receitas previdenciais e R\$ 134.952,00 de despesas previdenciais. Este Plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano relativamente novo e possui apenas 1(um) assistido.

RECEITAS PREVIDENCIAIS (R\$)						
ANO	Contribuições Normais		Autopatrocinados	Portabilidade	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes				
2013	1.024.964	1.035.710	27.834	-	4	2.088.512
2014	1.353.232	1.367.937	32.422	11.790	36	2.765.417

DESPESAS PREVIDENCIAIS (R\$)				
ANO	Aposentadoria	Resgate	Portabilidade	Total
2013	0	45.912	43.981	89.893
2014	1.097	56.547	77.308	134.952

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro abaixo estão representadas as despesas realizadas no ano de 2014, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficos, entre outras. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, TAFIC, locação de imóveis, entre outras.

Valores em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	TOTAL
Despesas Administrativas	2.378.522,80	260.779,09	2.639.301,89
Gestão Previdencial	1.835.632,35	201.257,07	2.036.889,42
Pessoal e Encargos	1.170.056,71	128.283,96	1.298.340,67
Treinamentos/Congressos e Seminários	37.256,19	4.084,74	41.340,93
Viagens e Estadias	17.776,28	1.948,98	19.725,26
Serviços de Terceiros	396.507,81	43.472,76	439.980,57
Despesas Gerais	117.331,93	12.864,17	130.196,10
Depreciações e Amortizações	16.475,28	1.806,34	18.281,62
Tributos	80.228,13	8.796,14	89.024,27
Investimentos	542.890,45	59.522,02	602.412,47
Pessoal e Encargos	341.266,47	37.416,15	378.682,62
Treinamentos/Congressos e Seminários	10.866,40	1.191,38	12.057,78
Viagens e Estadias	5.184,75	568,45	5.753,20
Serviços de Terceiros	125.391,54	13.747,81	139.139,35
Despesas Gerais	31.976,20	3.505,84	35.482,04
Depreciações e Amortizações	4.805,24	526,84	5.332,08
Tributos	23.399,86	2.565,54	25.965,40

Valores em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	Plano de Gestão Administrativa	TOTAL
Despesas de Investimentos	624.338,42	62.917,04	375,08	687.630,54
Despesas Diretas de Investimentos	81.447,96	3.395,03	375,08	85.218,07
Custodia e Centralizacão dos Investimentos	62.283,76	2.659,93	310,31	65.254,00
Taxas, Tarifas, Corretagens e Emolumentos	19.164,20	735,10	64,77	19.964,07
Despesas Indiretas de Investimentos	542.890,46	59.522,01	-	602.412,47
Cobertura/Revers. de Desp. Adm. dos Invest.	542.890,46	59.522,01	-	602.412,47

INVESTIMENTOS

8. INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, onde a FAECES encontra-se inserida, são disciplinadas pela Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro 2009 e alterações posteriores, e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela FAECES.

- CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

Apesar de ter uma despesa previdencial elevada devido ao pagamento de benefícios a 848 assistidos, o Plano de Benefício Definido obteve uma elevação nos recursos aplicados em função do resultado positivo dos investimentos realizados pela FAECES. O Plano de Benefícios II é um plano novo e que passou a pagar benefício em 2014 a um único assistido, que se aposentou por invalidez, mas também obteve resultado positivo nos investimentos.

Abaixo a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECES no encerramento dos exercícios de 2013 e 2014.

Valores em R\$			Valores em R\$		
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO			PLANO DE BENEFÍCIOS II		
Segmento	2014	2013	SEGMENTO	2014	2013
Renda Fixa	143.782.293	115.309.167	Renda Fixa	7.521.795	5.453.299
Imóveis	344.339	356.602	Renda Variável	1.825.174	1.841.014
Renda Variável	50.464.074	70.128.262	Estruturados	1.480.935	680.880
Estruturados	27.245.555	23.534.233	Operações com participantes	325.518	155.089
Operações com participantes	4.189.184	3.844.718	Total	11.153.422	8.130.282
Total	226.025.445	213.172.982			

Valores em R\$		
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)		
SEGMENTO	2014	2013
Renda Fixa	953.089	956.607
Total	953.089	956.607

- RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO/MODALIDADE**

Plano de Benefício Definido

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2014 no Plano de Benefício Definido foi 7,87%, percentual abaixo da meta atuarial de 12,45% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,75% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	BENCHMARKS (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	10,24	INPC + 5%	11,54	-1,30
Renda Fixa (Referenciado)	14,25	INPC + 5%	11,54	2,71
Estruturados (Multimercado)	9,21	IFM	7,13	2,08
Estruturados (Participações)	1,09	IFM	7,13	-6,04
Renda Variável	-2,64	IBOVESPA	-2,91	0,27
Empréstimos a Participantes	14,25	INPC + 5,75%	12,34	1,91
Imóveis	14,41	INPC + 5,75%	12,34	2,07

Plano de Benefícios II

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2014 no Plano de Benefícios II foi 7,33%, percentual abaixo da meta atuarial de 12,45% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,75% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	BENCHMARKS (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	9,62	INPC + 5% a.a.	11,54	-1,92
Renda Fixa (Referenciado)	14,91	INPC + 5% a.a.	11,54	3,37
Estruturados (Multimercado)	8,42	IFM	7,13	1,29
Estruturados (Participações)	8,71	IFM	7,13	1,58
Renda Variável	-4,08	IBOVESPA	-2,91	-1,17
Empréstimos a Participantes	14,56	INPC + 5,75% a.a.	12,34	2,22

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	BENCHMARKS (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	10,26	CDI	10,82	-0,56

Conforme Mensagem da Diretoria, o retorno dos investimentos foi impactado pelo cenário macroeconômico de 2014, principalmente pela elevação na taxa básica de juros (Selic) e pela queda na rentabilidade nas operações na Bolsa de Valores. Porém, em função da mudança de estratégia dos investimentos das carteiras dos planos, principalmente em função da aquisição de títulos públicos que têm rentabilidade superior à meta atuarial garantida, a rentabilidade foi positiva, embora não tenha alcançado a meta atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Entidade.

• **RENTABILIDADE, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE DAS APLICAÇÕES**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	Rentabilidade (%) **		Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
	Mês	Ano		
RENTA FIXA	1,13	10,24	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 27/02/14)	1,23	10,72	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 12/03/14)	1,24	10,28	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 26/03/14)	1,23	9,52	-	-
BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FIC DE FIM	0,78	12,28	1,50	20% do que exceder CDI
BRASIL PLURAL INST. 15 FIC FIM	0,74	5,76	1,75	20% do que exceder IPCA+5%
XP INVESTOR FIRF CP LP	0,88	3,86	1,25	20% do que exceder CDI
XP INVESTOR FIRF CP LP (Aplic. 04/12/14)	0,74	0,74	1,25	20% do que exceder CDI
XP INVESTOR FIRF CP LP (Aplic. 05/12/14)	0,70	0,70	1,25	20% do que exceder CDI
FIDC MULT. SILVERADO MAXIMUM 7ª SÉRIE (Aplic. 16/10/14)	1,24	2,95	2,50	-
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	1,14	14,41	-	-
ALUGUÉIS (SALAS E GARAGENS)	1,14	14,41	-	-
REFERENCIADO	(2,36)	14,25	-	-
BTG PACTUAL IPCA FI REFERENCIADO	(0,10)	10,69	1,00	-
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP	(1,52)	13,66	0,40	20% do que exceder IMAB
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	(1,80)	11,66	0,20	-
JPM BRASIL IMA-B5+FIC FI RF	(3,64)	14,84	0,40	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,88	14,25	-	-
EMPRÉSTIMOS	0,88	14,25	-	-
RENTA VARIÁVEL (AÇÕES)	(4,90)	(2,64)	-	-
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIA	(4,75)	3,79	2,50	-
XP DIVIDENDOS FIA	(5,17)	9,63	3,00	-
BRZ EQUITY FUNDAMENTAL INST. FIC FIA	(4,52)	4,62	2,00	20% do que exceder IBOVESPA
QUEST SMALL CAPS FIC DE FIA	(4,05)	(4,75)	1,92	20% do que exceder SMLL
GAVEA AÇÕES FIC FIA	(5,70)	0,23	2,00	20% do que exceder IBRX
GERAÇÃO FIA	(7,02)	(11,32)	3,00	20% do que exceder IBOVESPA
SULAMÉRICA EXPERTISE FIA	(4,02)	(15,99)	1,50	10% do que exceder IVBX-2
FUNDOS ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	0,92	9,20	-	-
BNY MELLON ARX EXTRA FIM	0,47	13,10	2,00	20% do que exceder CDI
QUEST EQUITY HEDGE FIC FIM	1,53	10,69	2,00	20% do que exceder CDI
FUNDOS ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	1,66	1,09	-	-
FIP - LACAN FLORESTAL	(0,04)	(0,33)	1,00	20% do que exceder IPCA+10%
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	1,40	2,22	0,147	-
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II	4,12	(1,28)	2,00	20% do que exceder IPCA+8%

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

PLANO DE BENEFÍCIOS II	Rentabilidade (%) **		Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
	Mês	Ano		
RENTA FIXA	1,12	9,62	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 26/03/14)	1,23	9,52	-	-
XP INVESTOR FIRF CP LP	0,88	3,37	1,25	20% do que exceder CDI
XP INVESTOR FIRF CP LP (Aplic. 04/12/14)	0,74	0,74	1,25	20% do que exceder CDI
BRASIL PLURAL INST. 15 FIC FIM	0,74	5,47	1,75	20% do que exceder IPCA+5%
REFERENCIADO	(3,23)	14,91	-	-
BANESTES INSTITUCIONAL RENTA FIXA	(1,81)	11,88	0,20	-
JPM BRASIL IMA-B5+FIC FI RF	(3,64)	14,46	0,40	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,84	14,56	-	-
EMPRÉSTIMOS	0,84	14,56	-	-
RENTA VARIÁVEL	(6,05)	(4,08)	-	-
GERAÇÃO FIA	(7,34)	(13,11)	3,00	20% do que exceder IBOVESPA
XP DIVIDENDOS FIA	(5,17)	9,26	3,00	-
FUNDOS ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	0,47	8,42	-	-
ARX EXTRA FIM	0,47	13,10	2,00	20% do que exceder CDI
FUNDOS ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	1,40	8,70	-	-
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	1,40	5,41	0,147	-

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	Rentabilidade (%) **		Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
	Mês	Ano		
RENTA FIXA	0,92	10,26	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI	0,92	10,26	0,03	-

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

- **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	226.080.751,51
Carteira Própria	90.085.182,94
Depósitos	61.636,07
Títulos Públicos	85.496.353,60
Empréstimos/Financiamentos	4.189.184,04
Carteira Imobiliária	344.338,94
(-) Valores a pagar- IOF empréstimo	-6.329,71
Fundos	135.995.568,57
Quest Small Caps FIC FIA	4.998.073,49
BTG Pactual IPCA FI RF	2.194.258,36
Gavea Ações FIC FIA	5.853.038,16
XP Dividendos FIA	3.251.133,72
Sul América Inflatie FI RF LP	4.095.853,44
XP Investor FIRF Credito Privado LP	10.981.941,68
Geração FIA	4.101.133,01
JPM Brasil IMA-B5+	9.774.616,52
Quest Equity Hedge FIC FIM	5.412.332,75
Silverado Maximum FIDC Multisetorial	7.082.724,36
BRZ Equity Fundamental Inst. FIC FI	6.116.814,98
BANESTES Institucional Renda Fixa	8.068.356,50
Sul América Expertise FIA	9.275.097,58
Lacan Florestal FIP	3.055.933,35
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	3.096.864,85
ARX Extra FIM	7.247.599,55
BTG Pactual Dividendos FIC FIA	16.868.782,94
Malbec FIP (incluindo valor a receber da PUT)	8.432.824,34
Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	15.624.690,09
Brasil Plural Institucional FIM	463.498,90

PLANO DE BENEFÍCIOS II	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	11.160.907,91
Carteira Própria	4.462.760,61
Depósitos	7.865,68
Títulos Públicos	4.129.756,64
Empréstimos/Financiamentos	325.518,27
(-) Valores a pagar- IOF empréstimo	-379,98
Fundos	6.698.147,30
XP Investor FIRF Credito Privado LP	975.585,80
Malbec FIP (incluindo valor a receber da PUT)	1.054.103,05
Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	1.239.051,03
JPM Brasil IMA-B5+	917.353,46
ARX Extra FIM	426.832,00
Geração FIA	723.563,33
XP Dividendos FIA	1.101.611,16
BANESTES Institucional Renda Fixa	260.047,47

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	991.069,51
Carteira Própria	37.980,50
Depósitos	39.337,10
(-) Valores a pagar/receber	-1.356,60
Fundos	953.089,00
Itau Institucional RF FI	953.089,00

- **DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

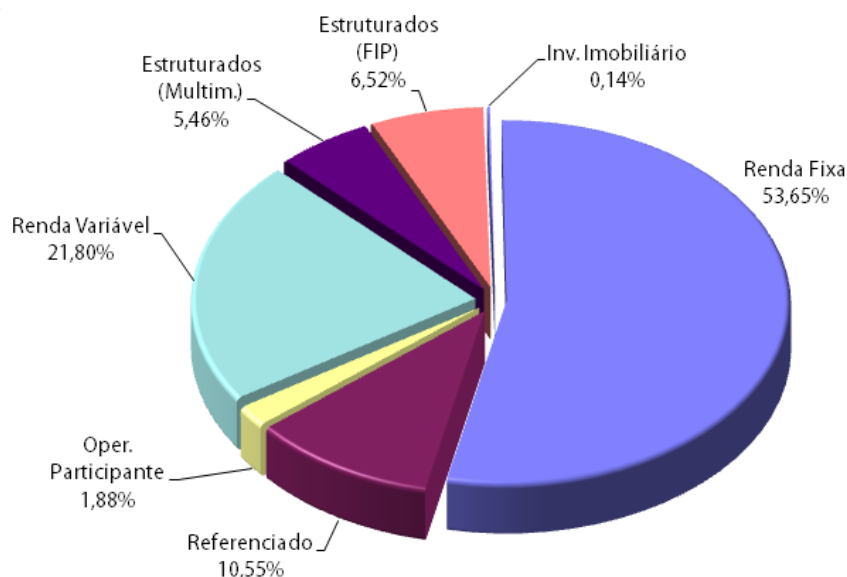
Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela Previc, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos Fundos de Pensão, a diversificação é uma

prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

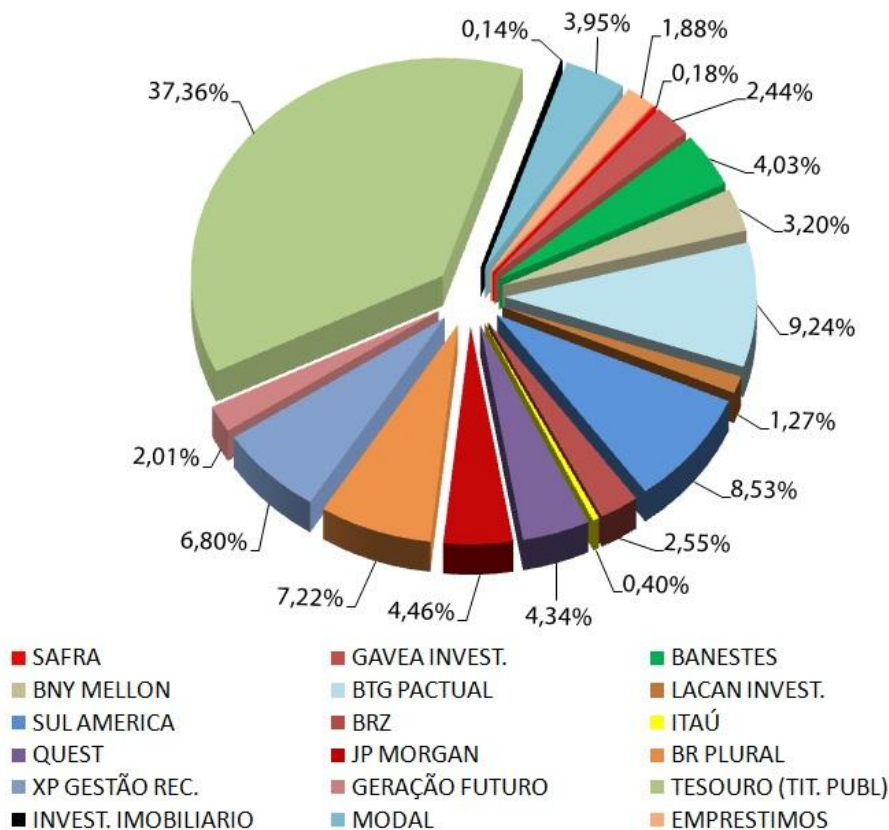
Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, os gestores da FAECES procuram efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Entidade.

Conforme gráficos a seguir, pode-se observar uma clara diversificação da carteira dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de investimentos, que também favorece o quesito redução de riscos.

• SEGMENTOS



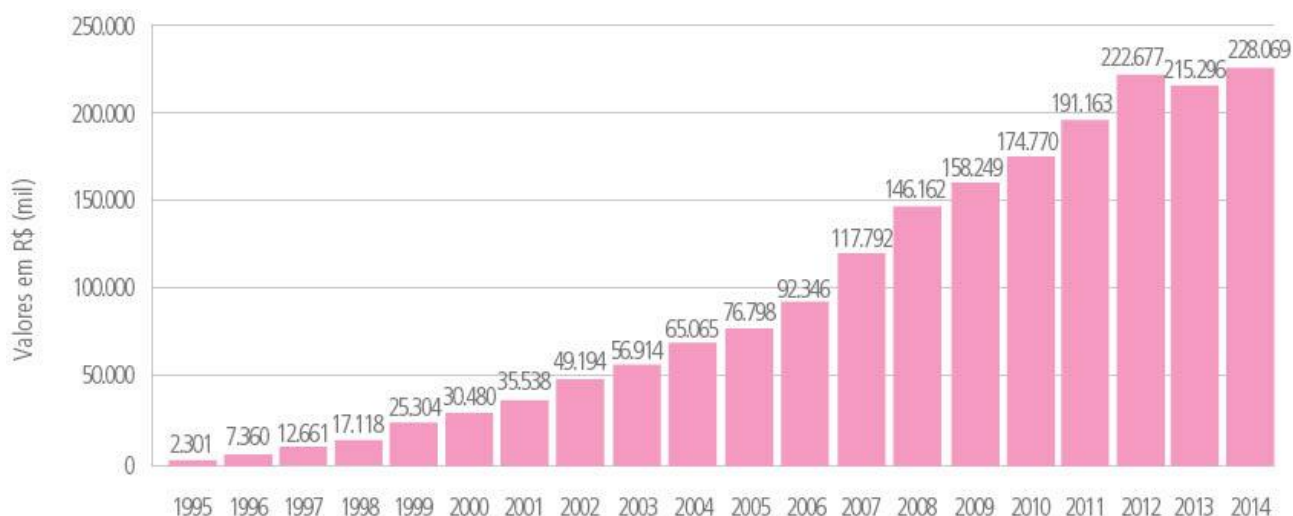
• GESTORES



9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefício Definido obteve um crescimento em 2014 de aproximadamente 6% em relação ao ano anterior, mesmo com todas as adversidades encontradas no cenário macroeconômico, onde as rentabilidades alcançadas no mercado financeiro foram inferiores a meta atuarial. O Plano continua completamente saudável e líquido, não implicando nas perspectivas futuras de pagamento de benefícios.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	2014	PASSIVO	2014
DISPONÍVEL	62	EXIGÍVEL OPERACIONAL	555
		Gestão Previdencial	549
REALIZÁVEL	228.595	Investimentos	6
Gestão Previdencial	1.476		
Gestão Administrativa	1.094	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	34
Investimentos	226.025	Gestão Previdencial	34
Títulos Públicos	85.496		
Fundos de Investimento	135.549	PATRIMÔNIO SOCIAL	228.068
Derivativos	447	Patrimônio de Cobertura do Plano	226.968
Investimentos Imobiliários	344	Provisões Matemáticas	251.976
Empréstimos	4.189	Benefícios Concedidos	192.065
		Benefícios a Conceder	89.676
		(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(29.765)
		Equilíbrio Técnico Resultados	(25.008)
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(25.008)
		Fundos	1.100
		Fundos Administrativos	1.094
		Fundos de Investimentos	6
TOTAL DO ATIVO	228.657	TOTAL DO PASSIVO	228.657

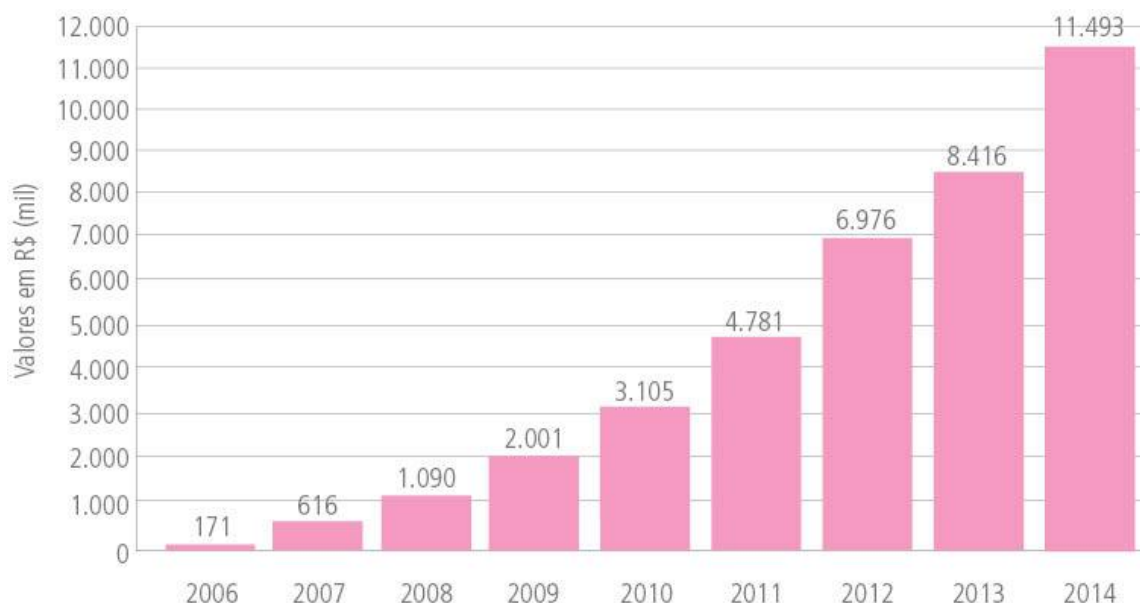
Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014
(+) CONTRIBUIÇÕES	14.611
(-) BENEFÍCIOS	(15.924)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	15.751
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	14.438
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.644)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	(6)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(16.283)
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(3.495)

- **PLANO DE BENEFÍCIOS II**

Evolução do Patrimônio Líquido



Mesmo com as rentabilidades do mercado financeiro não contribuindo para realização das metas atuariais, o Plano de Benefícios II, por ser um plano jovem e em fase de crescimento, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano aberto para novas adesões.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

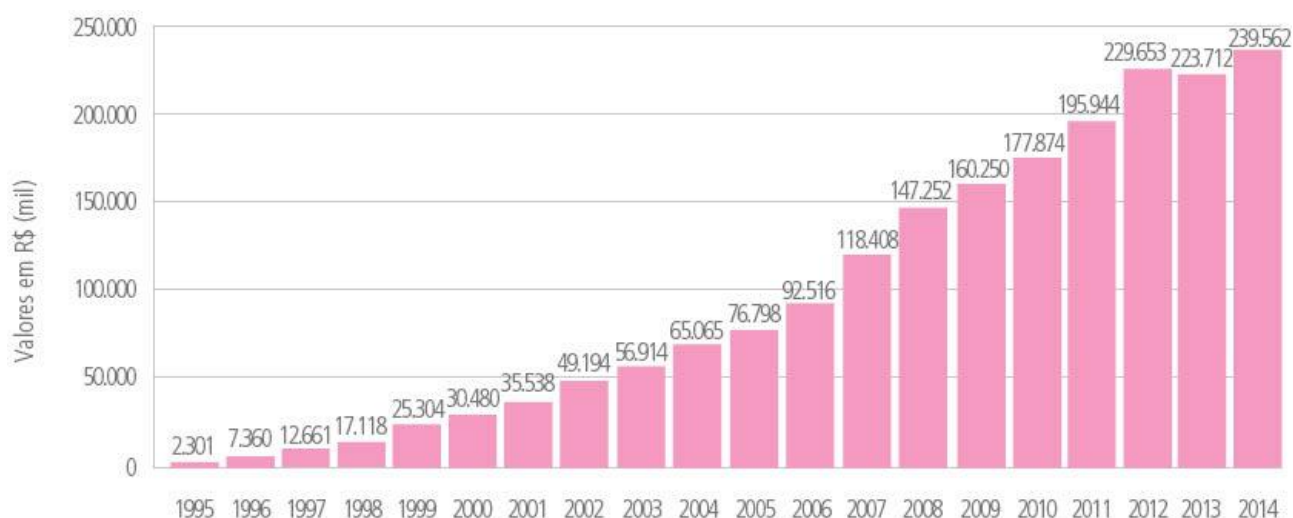
ATIVO	2014	PASSIVO	2014
DISPONÍVEL	8	EXIGÍVEL OPERACIONAL	57
		Gestão Previdencial	57
REALIZÁVEL	11.542	PATRIMÔNIO SOCIAL	11.493
Gestão Previdencial	269	Patrimônio de Cobertura do Plano	11.008
Gestão Administrativa	120	Provisões Matemáticas	11.008
Investimentos	11.153	Benefícios Concedidos	43
Títulos Públicos	4.130	Benefícios a Conceder	10.965
Fundos de Investimento	6.642	Equilíbrio Técnico Resultados	-
Derivativos	56	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
Empréstimos	325	Fundos	485
		Fundos Previdenciais	365
		Fundos Administrativos	120
TOTAL DO ATIVO	11.550	TOTAL DO PASSIVO	11.550

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.754
(+) PORTABILIDADES	12
(-) BENEFÍCIOS	(1)
(-) RESGATES	(57)
(-) PORTABILIDADES	(77)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	681
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	3.312
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(233)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(3.033)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(46)
(=) DEFICIT DO EXERCÍCIO	-

- **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E PLANO DE BENEFÍCIOS II)**



10. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2013, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECES para o exercício de 2014 veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. A seguir são apresentadas algumas informações da Política de Investimentos vigente em 2014. A Política de Investimentos em sua integralidade pode ser obtida na Entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

- **ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	55,00%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	28,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	15,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	0,00%	3,00%
Operações com Participantes	15%	2,00%	0,00%	5,00%

Plano de Benefícios II

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	56,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	27,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	15,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	0,00%	3,00%
Operações com Participantes	15%	2,00%	0,00%	5,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

- LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS**

Na aplicação dos recursos, os planos observam os limites estabelecidos na legislação vigente.

- META ATUARIAL**

A meta atuarial para o Plano de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios II, para o ano de 2014 corresponde a INPC + 5,75% a.a.

- DERIVATIVOS**

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

- META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

SEGMENTO	BENCHMARK
PLANO	INPC + 5,75 % ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,00 % ao ano
Renda Variável	Ibovespa
Investimentos Estruturados	IFM
Investimentos no Exterior	Ibovespa
Imóveis	INPC + 5,75 % ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,75 % ao ano

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	BENCHMARK
Renda Fixa	CDI

- **APREÇAMENTO DE ATIVOS**

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos por seu custodiante e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

- **AVALIAÇÃO DE RISCOS**

A FAECES estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

Como a estrutura de investimentos de um plano pode atribuir discricionariedade de parte da administração dos recursos a terceiros contratados, o controle de alguns dos riscos identificados é feito pelos próprios gestores externos, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos.

A Entidade também controla os riscos referentes ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792/2009 e modificações posteriores e também pela política de investimento.

- **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A estrutura de investimentos dos planos atribui, em grande parte, a discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados, portanto decidiu-se que, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

PLANO ASSISTENCIAL

11. PLASS

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas ao Plano de Assistência a Saúde da FAECES - PLASS, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com a qualidade esperada pelos seus usuários.

O PLASS vem mantendo, através de um esforço conjunto da FAECES e CESAN, seu equilíbrio financeiro e encerrou o exercício de 2014 com um fundo assistencial de R\$ 1.175.850,78, apesar da complexidade em se administrar um plano de saúde com um número reduzido de usuários (419 vidas), dos procedimentos de alto custo devido às novas tecnologias, bem como inclusão de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Percebe-se que o valor aplicado do plano de saúde é diferente do valor do Fundo Assistencial. Em uma comparação simples, o Fundo Assistencial é semelhante ao “Patrimônio Líquido” no balanço das empresas comerciais – ou seja, o Fundo é igual a soma dos Bens e Direitos do PLASS menos suas obrigações. A apuração do Fundo leva em conta todos os direitos a receber, inclusive contribuições ainda não recebidas e, se fosse o caso, os bens do ativo permanente. Da mesma forma, é necessário “descontar” as obrigações a pagar – entre elas às provisões estipuladas pelo órgão fiscalizador, que visam manter o equilíbrio do plano mas não significam necessariamente um desembolso de recursos.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Valores em R\$)

PLANO ASSISTENCIAL (PLASS)		
Segmento	2014	2013
Renda Fixa	1.757.195	1.144.748
Total	1.757.195	1.144.748

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014
(+) CONTRIBUIÇÕES	3.161
(-) DESPESAS	(2.513)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	142
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	790
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(224)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(566)
(=) SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	2013	PASSIVO	2013
IMEDIATO	37	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	602
RECURSOS A RECEBER	60	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	48
INVESTIMENTOS	1.757	OUTRAS EXIGIBILIDADES	37
Renda Fixa	1.757	FUNDO ASSISTENCIAL	1.176
DEPOSITO JUDICIAL	9		
TOTAL DO ATIVO	1.863	TOTAL DO PASSIVO	1.863

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis abaixo apresentadas, são uma representação da posição patrimonial e financeira da FAECE e dos planos de benefícios por ela administrados, no exercício de 2014.

- CONSOLIDADO**

Balanco Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	109	105	EXIGÍVEL OPERACIONAL	495	614
			Gestão Previdencial	192	511
REALIZÁVEL	239.940	224.223	Gestão Administrativa	295	103
Gestão Previdencial	1.743	1.718	Investimentos	8	-
Gestão Administrativa	65	309			
Investimentos	238.132	222.196	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	84	97
Títulos Públicos	89.626	-	Gestão Previdencial	34	28
Fundos de Investimento	143.144	217.903	Gestão Administrativa	50	69
Derivativos	503	-			
Investimentos Imobiliários	344	357	PATRIMÔNIO SOCIAL	239.562	223.712
Empréstimos	4.515	3.936	Patrimônio de Cobertura do Plano	237.977	222.154
			Provisões Matemáticas	262.985	243.668
PERMANENTE	92	95	Benefícios Concedidos	192.109	187.578
Imobilizado	92	95	Benefícios a Conceder	100.641	79.777
Intangível	-	-	(-) Provisões Mat. a Constituir	(29.765)	(23.687)
			Equilíbrio Técnico	(25.008)	(21.514)
			Resultados realizados	(25.008)	(21.514)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(25.008)	(21.514)
			Fundos	1.585	1.558
			Fundos Previdenciais	365	319
			Fundos Administrativos	1.214	1.239
			Fundos de Investimentos	6	-
GESTÃO ASSISTENCIAL	1.863	1.446	GESTÃO ASSISTENCIAL	1.863	1.446
TOTAL DO ATIVO	242.004	225.869	TOTAL DO PASSIVO	242.004	225.869

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		223.712	229.653	(2,59)
1. Adições		44.507	20.474	117,38
(+)	Contribuições Previdenciais	15.500	14.742	5,14
(+)	Resultado Positivo Investimentos - Gestão Previdencial	23.080	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	2.734	2.942	(7,07)
(+)	Resultado Positivo Investimentos - Gestão Administrativa	108	58	86,21
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	6	-	100,00
(+)	Receitas Assistenciais	3.079	2.732	12,70
2. Destinações		(28.657)	(26.415)	8,49
(-)	Benefícios	(16.059)	(14.795)	8,54
(-)	Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.648)	(6.027)	10,30
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(5)	(28)	(82,14)
(-)	Despesas Administrativas	(2.866)	(2.765)	3,69
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	-	(68)	(100,00)
(-)	Despesas Assistenciais	(3.079)	(2.732)	12,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		15.850	(5.941)	(366,73)
(+/-)	Provisões Matemáticas	19.316	15.087	29,58
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.494)	(21.514)	(82,68)
(+/-)	Fundos Previdenciais	46	319	(85,58)
(+/-)	Fundos Administrativos	(24)	167	(114,37)
(+/-)	Fundos de Investimentos	6	-	100,00
4. Operações Transitórias		-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)		239.562	223.712	7,08

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.239	1.072	15,58
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.842	3.000	(5,27)
1.1. RECEITAS	2.842	3.000	(5,27)
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.877	2.105	(10,83)
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	602	656	(8,23)
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	108	58	86,21
REEMBOLSO DA GESTÃO ASSISTENCIAL	227	181	25,41
OUTRAS RECEITAS	28	-	100,00
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.866	2.833	1,16
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	2.037	1.796	13,42
PESSOAL E ENCARGOS	1.299	1.149	13,05
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	41	27	51,85
VIAGENS E ESTADIAS	20	28	(28,57)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	440	417	5,52
DESPESAS GERAIS	130	93	39,78
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	18	22	(18,18)
TRIBUTOS	89	-	100,00
CONTINGÊNCIAS	-	49	(100,00)
OUTRAS DESPESAS	-	11	(100,00)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	602	615	(2,11)
PESSOAL E ENCARGOS	379	381	(0,52)
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	12	9	33,33
VIAGENS E ESTADIAS	6	10	(40,00)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	139	164	(15,24)
DESPESAS GERAIS	35	27	29,63
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	5	7	(28,57)
TRIBUTOS	26	-	100,00
CONTINGÊNCIAS	-	14	(100,00)
OUTRAS DESPESAS	-	3	(100,00)
2.3. ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	227	181	25,41
2.4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	241	(100,00)
2.5. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	(24)	167	(114,37)
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	(24)	167	(114,37)
6. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	1.215	1.239	(1,94)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido – DMAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

	DESCRI��O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varia��o (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO	214.180	221.688	(3,39)
	1. ADI��OES	36.717	14.518	152,91
(+)	CONTRIBUIÇOES	14.611	14.518	0,64
(+)	RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	22.106	-	100,00
	2. DESTINA��OES	(23.929)	(22.026)	8,64
(-)	BENEFÍCIOS	(15.924)	(14.705)	8,29
(-)	RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(6.356)	(5.611)	13,28
(-)	CONSTITUI��O DE CONTINGÊNCIAS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(5)	(28)	(82,14)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(1.644)	(1.682)	(2,26)
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	12.788	(7.508)	(270,32)
(+-)	PROVIS��OES MATEMÁTICAS	16.283	14.006	17,93
(+-)	SUPERAVIT (DEFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(3.495)	(21.514)	(82,67)
	4. OPERA��OES TRANSITÓRIAS	-	-	-
	B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	226.968	214.180	5,97
	C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.100	1.116	(1,43)
(+-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.094	1.116	(1,97)
(+-)	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	6	-	100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	228.657	215.768	5,97
DISPONÍVEL	62	35	77,14
RECEBÍVEL	2.570	2.623	(2,02)
INVESTIMENTO	226.025	213.110	6,06
TÍTULOS PÚBLICOS	85.496	-	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	135.549	208.972	(35,14)
DERIVATIVOS	447	-	100,00
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	344	357	(3,64)
EMPRÉSTIMOS	4.189	3.781	10,79
2. OBRIGAÇÕES	589	472	24,79
OPERACIONAL	555	444	25,00
CONTINGENCIAL	34	28	21,43
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.100	1.116	(1,43)
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.094	1.116	(1,97)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	6	-	100,00
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	226.968	214.180	5,97
PROVISÕES MATEMÁTICAS	251.976	235.693	7,01
SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO	(25.008)	(21.514)	17,32

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano De Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	227.564	214.651	6,02
1. Provisões Matemáticas	251.976	235.693	7,01
1.1 Benefícios Concedidos	192.065	187.578	2,52
Benefício Definido	192.065	187.578	2,52
1.2 Benefícios a Conceder	89.676	71.802	24,90
Benefício Definido	89.676	71.802	24,90
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	(29.765)	(23.687)	25,66
(-) Serviço Passado	(26.649)	(20.558)	29,63
Patrocinadores	(26.649)	(20.558)	29,63
(-) Déficit Equacionado	(3.116)	(3.129)	(0,42)
(-) Patrocinadores	(1.332)	(1.321)	0,83
(-) Participantes	(1.349)	(1.338)	0,82
(-) Assistidos	(435)	(470)	(7,45)
(-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	-	-	-
(-) Patrocinadores	-	-	-
(-) Participantes	-	-	-
(-) Assistidos	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	(25.008)	(21.514)	17,32
2.1 Resultados Realizados	(25.008)	(21.514)	17,32
Déficit Técnico Acumulado	(25.008)	(21.514)	17,32
3. Fundos	6	-	100,00
3.1 Fundos de Investimentos	6	-	100,00
4. Exigível Operacional	555	444	25,00
4.1 Gestão Previdencial	548	444	23,42
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	7	-	100,00
5. Exigível Contingencial	34	28	21,43
5.1 Gestão Previdencial	34	28	21,43

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIOS II

Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido - DMAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

	DESCRI��O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varia��o (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO	8.294	6.893	20,32
	1. ADI��OES	3.739	2.089	(78,99)
(+)	CONTRIBUIÇOES	2.765	2.089	(32,36)
(+)	RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	974	-	100,00
	2. DESTINA��OES	(660)	(688)	(4,07)
(-)	BENEFÍCIOS	(135)	(90)	50,00
(-)	RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(293)	(416)	(29,57)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(232)	(182)	(27,47)
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LIQUIDO (1+2)	3.079	1.401	119,77
(+-)	PROVIS��OES MATEMÁTICAS	3.033	1.082	180,31
(+-)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	46	319	(85,58)
	4. OPERA��OES TRANSITÓRIAS	-	-	-
	B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	11.373	8.294	37,12
	C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	120	122	(1,64)
(+-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	120	122	(1,64)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	11.550	8.483	36,17
DISPONÍVEL	8	20	(60,00)
RECEBÍVEL	389	333	16,82
INVESTIMENTO	11.154	8.130	37,20
TÍTULOS PÚBLICOS	4.130	-	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	6.642	7.975	(16,71)
DERIVATIVOS	56	-	100,00
EMPRÉSTIMOS	325	155	110,32
2. OBRIGAÇÕES	57	67	(14,93)
OPERACIONAL	57	67	(14,93)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	120	122	(1,64)
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	120	122	(1,64)
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	11.373	8.294	37,14
PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.008	7.975	38,03
FUNDOS PREVIDENCIAIS	365	319	14,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	11.430	8.361	36,71
1. Provisões Matemáticas	11.008	7.975	38,03
1.1 Benefícios Concedidos	43	-	-
Contribuição Definida	43	-	-
Benefício Definido	-	-	-
1.2 Benefícios a Conceder	10.965	7.975	37,49
Contribuição Definida	10.965	7.975	37,49
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.238	3.783	38,46
Saldo de Contas - parcela participantes	5.727	4.192	36,62
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	365	319	14,42
3.1 Fundos Previdenciais	365	319	14,42
4. Exigível Operacional	57	67	(14,93)
4.1 Gestão Previdencial	57	67	(14,93)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

13. NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa / financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS nº 1.732, de 28.12.1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios como complemento da promoção do bem-estar social aos seus participantes e assistidos.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.

Suas atividades foram iniciadas em abril/95, conforme escritura pública de constituição registrada em 25/04/1995, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória-ES, registrada no livro A-12 nº 11202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

O Plano de Benefício Definido, fechado para novas adesões, foi estruturado na modalidade de Benefício Definido, sendo aprovado em 28/12/1994 pela Secretária de Previdência Complementar – SPC, através do ofício nº 1.255/GAB/CTI/SCA. Nesse plano, estão previstos os pagamentos de benefícios de suplementação de aposentadorias por idade, tempo de serviço, invalidez e especial, além de pensões.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano de Benefícios II através da Portaria no 281, de 23/11/2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Esse plano foi estruturado na modalidade cujas características são de contribuição variável.

A FAECES também é Operadora de um plano privado de assistência à saúde, PLASS – Plano de Assistência a Saúde da FAECES, na modalidade autogestão, com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, de acordo com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulamento do plano.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A partir do exercício de 2010, as atividades assistenciais de saúde seguem as práticas contábeis subordinadas a Agência Nacional de Saúde - ANS, por este motivo, o detalhamento das contas destinadas a gestão assistencial apresentadas neste relatório está contido nas demonstrações contábeis da gestão assistencial elaboradas segundo determinação e padronização definidas pela ANS.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Muta     do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado);
- Demonstr     do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
- Demonstr     do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstr     da Muta     do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstr     das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escritura     contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elabora     das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

- a) De acordo com as normas específicas e, seguindo a natureza e a finalidade das transações, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa.
- b) Todos os ativos e passivos dos planos de benefícios previdenciais são registrados em separado, de forma real, sem utiliza     de rateio ou qualquer outra metodologia de gestão compartilhada de ativos.
- c) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; os investimentos nos Fundos de Investimentos são atualizados pelo valor de mercado e, os Títulos Públicos e os Derivativos pela curva do papel.
- d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.
- e) Os títulos mobiliários são registrados por ocasião de sua aplica     pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados “pro-rata temporis”, em função dos dias decorridos no mês e ajustados aos respectivos valores de mercado.
- f) Os   gios/des  gios ocorridos na aquisição de títulos são amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.
- g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados pelo método linear    taxa de 2% ao ano ou pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos respectivos laudos de reavaliação.
- h) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: computadores e periféricos.
- i) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de consultoria externa atuarial, Projeção Consultoria Atuarial, e observaram o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.
- j) O resultado dos Investimentos é transferido à respectiva Gestão.
- k) A custódia dos títulos e valores mobiliários e a responsabilidade pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados são exercidas pelo Banco Itaú, instituição devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para executar tais funções.

3 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas com a Entidade são os Patrocinadores, os Participantes e Assistidos. Esta relação se d   através de um convênio de adesão, que possibilita a CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento, oferecer a seus empregados os planos de benefícios administrados pela FAECES.

3.1. Serviço Passado

Por intermédio de um contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução, o Patrocinador assumiu a responsabilidade pelo repasse das contribuições sobre o tempo de serviço de seus empregados anteriores à constituição da Entidade. O montante destas contribuições foi calculado atuarialmente e, de acordo com os termos aditivos ao contrato, está sendo corrigido mensalmente pelo INPC e acrescido dos juros de 6% ao ano. O total da dívida vem sendo amortizado através de parcelas mensais e sucessivas, com previsão para quitação em dezembro de 2019. Os valores envolvidos e demais informações estão descritas na Nota 10.

3.2. Déficit Equacionado

Para equacionamento do Déficit acumulado no final do exercício de 2010, foram estipuladas contribuições extraordinárias para os Patrocinadores, os Participantes e os Assistidos, de forma que a responsabilidade fosse igualmente dividida entre as partes. Os valores e as condições estão expressos na Nota 10.

3.3. Empréstimos E Financiamentos

Os empréstimos a participantes e assistidos também são considerados transações com parte relacionadas e estas operações estão detalhadas na Nota 5.

3.4. Administração da Entidade

A administração da FAECES é composta por três diretores, dos quais, dois fazem parte do quadro de empregados do Patrocinador. Os custos relacionados a esses empregados são integralmente ressarcidos ao Patrocinador, conforme convênios de cooperação técnica para cessão de empregados à Fundação. Em complementação ao salário recebido, a Entidade paga a seus Diretores, além de gratificação, a diferença no valor estipulado para os honorários conforme rege seu Estatuto Social. Os custos com a Diretoria em 31/12/2014 são representados como se segue:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
DIRIGENTES	947	790
HONORÁRIOS E GRATIFICAÇÕES	544	334
REEMBOLSO A CESAN	403	457

4 – REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os direitos da Entidade, valores relativos às contribuições patronal, de participantes e assistidos, empréstimos descontados na folha dos patrocinadores e prestação de empréstimo de participantes sem margem para desconto em folha.

O depósito judicial registrado em 2013, relativo à processo junto a Receita Federal, foi extinto e o valor foi devolvido durante o exercício de 2014.

Pode-se notar que em relação a 2013, houve uma evolução nas contribuições a receber da ordem de 10%, correspondendo a R\$ 148 mil. Esse resultado, reporta além da evolução nominal das contribuições, um crescimento do número de participantes no plano aberto para adesões. Em 2014 foram 56 novos participantes.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.743	1.717
RECURSOS A RECEBER	1.630	1.482
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	1.363	1.279
CONTRIBUIÇÕES 5/13º SALÁRIO	267	203
DEPÓSITO JUDICIAL	-	125
OUTROS REALIZÁVEIS	113	110
PRESTAÇÕES DE EMPRESTIMOS À PARTICIPANTES A RECEBER DA CESAN	112	103
PRESTAÇÕES DE EMPRESTIMOS A RECEBER DE PARTICIPANTES	1	-
REPASSE DE VALORES DO PGA	-	1
REPASSE DE VALORES ENTRE OS PLANOS PREVIDENCIAIS	-	6

4.2 Gestão Administrativa

Registra as operações administrativas efetuadas pela Entidade, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC no 8, de 31 de outubro de 2011, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelos repasses, a título de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promovem a constituição do fundo administrativo no caso de saldo não gasto ou, é feita a reversão desse fundo para o PGA no caso de insuficiência de saldo para as despesas.

As contas de valores a receber referem-se ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefício e foram incluídas nos “ajustes e eliminações para consolidação do balanço”, conforme nota 17.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista descrito na nota 9.

Os outros realizáveis referem-se a repasse de valores pagos pelo PGA a serem reembolsados pelas outras gestões.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
GESTÃO ADMINISTRATIVA	65	309
CONTAS A RECEBER	37	274
CONTRIBUIÇÕES P/O CUSTEIO ADM	37	274
DESPESAS ANTECIPADAS	4	4
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	3	3
ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS	1	1
DEPÓSITO JUDICIAL	23	-
OUTROS REALIZÁVEIS	1	31
RESTITUIÇÕES DE DESPESAS DA CESAN	1	-
REPASSE DE VALORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	-	31

5 – INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva matemática nos limites e modalidades permitidas pela Resolução CMN no 3.792, de 24/09/2009 e alterações posteriores. Os títulos e valores mobiliários resultantes destas aplicações estão classificados contabilmente conforme especificado no plano de contas padrão, considerando os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Em atendimento a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os Títulos de Renda Fixa, considerados aqueles que garantem rentabilidade uniforme ao longo de sua existência e que se encontram registrados contabilmente nos seguintes grupos de contas: Títulos Públicos, Fundos de Investimento e Derivativos, estão segregados nas seguintes categorias:

- a) **Títulos Para Negociação** - adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- b) **Títulos Mantidos até o Vencimento** - com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a Entidade mantém interesse e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
INVESTIMENTOS	143.144	90.129
TÍTULOS PÚBLICOS	-	89.626
NTN-B	-	89.626
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	143.144	-
REFERENCIADO	25.310	-
RENTA FIXA	30.238	-
AÇÕES	52.289	-
MULTIMERCADO	13.087	-
DIREITOS CREDITÓRIOS	7.083	-
PARTICIPAÇÕES	15.137	-
DERIVATIVOS	-	503
PUT FIP MALBEC	-	503

5.1 Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão registrados, de acordo com sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros e rendimentos decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério “pró-rata temporis”.

Conforme as características destes títulos, os juros acumulados são repassados aos investidores semestralmente, nos dias 15 de maio e 15 de novembro de cada ano. Em 2014, a aquisição desses títulos se

deu no mês de fevereiro em três momentos distintos, com taxas superiores a .6% a.a., o que rentabilizou para os planos um valor em torno de R\$ 5,28 milhões, correspondente aos pagamentos nos meses de maio e novembro. Considerando o volume investido em cada plano, o repasse para o plano BD foi de R\$ 5,04 milhões e R\$ 243 mil para o plano CV.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
NTN-B	89.626	-
CUSTO	36.358	-
RENDIMENTO	54.729	-
JUROS	677	-
AGIO/DESÁGIO	(2.138)	-

5.2 Fundos de Investimento

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

Em função da aquisição dos títulos da dívida pública, NTN-B's, a parcela destinada a fundos foi reduzida em 34% aproximadamente, principalmente para os fundos enquadrados no segmento de referenciados e ações.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	143.144	217.903
REFERENCIADO	25.310	87.131
RENDIA FIXA	30.238	29.096
AÇÕES	52.289	71.969
MULTIMERCADO	13.087	27.169
DIREITOS CREDITÓRIOS	7.083	-
PARTICIPAÇÕES	15.137	2.538

5.3 Derivativos

Registra a operação realizada para fins de proteção contra o Risco de Mercado. Esse resultado reporta à operação de compra de cotas no fundo de investimento em participações FIP Malbec. O contrato formalizado dentro da plataforma BMF&BOVESPA, obedecendo aos critérios previstos na legislação, visa garantir o retorno do investimento, estabelecido em no mínimo IPCA + 7% a.a. As condições previstas no artigo nº 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 foram devidamente observadas.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
OPÇÕES – ATIVOS FINANCEIROS E MERCADORIAS	503	-
PUT FIP MALBEC	503	-

5.4 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº34, de 24/09/2009. Os imóveis foram adquiridos em 2006 e, com base nos laudos de avaliações, que contemplam o valor de mercado locativo, foi definido o aluguel a ser repassado pela Gestão Administrativa à Gestão Previdencial.

Até o exercício de 2014, os imóveis foram depreciados de acordo com sua vida útil, também determinada pelos laudos de avaliações. O último laudo indicou 35 anos de vida remanescente, acarretando uma taxa de 2,86% ao ano. Para os próximos exercícios, considerando as alterações promovidas pela IN PREVIC nº 15, de 12/11/2014, as avaliações serão anuais, dispensando a depreciação.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
ALUGUÉIS E RENDAS	344	357
USO PRÓPRIO	344	357
CUSTO CORRIGIDO	384	385
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(44)	(32)
ALUGUEL A RECEBER	4	4

Em 2013, realizamos a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31/10/2011, o laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24/09/2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	BENFEITORIAS AGREGADAS AO VALOR DO IMÓVEL	VALOR CONTÁBIL	AVALIAÇÃO 2013	DIFERENÇA AVALIAÇÃO X CONTÁBIL
SALA 1304	13/12/2006	20	9	27	37	10
SALA 1305	17/09/2010	45	20	60	37	(23)
SALA 1306	13/12/2006	20	9	27	51	24
SALA 1307	01/08/2007	20	9	27	51	24
SALA 1308	01/08/2007	20	9	27	51	24
SALA 1309	01/08/2007	20	8	26	51	25
SALA 1310	01/08/2007	20	8	26	51	25
VAGA DE GARAGEM 09	13/12/2006	7	0	7	9	2
VAGA DE GARAGEM 19	13/12/2006	7	0	7	9	2
VAGA DE GARAGEM 35	13/12/2006	4	0	4	9	5
TOTAL		183	72	238	356	118

5.5 Operações com Participantes

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução no 3.792, de 24/09/2009, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,6% a.m. sobre o saldo devedor da operação. As operações estão registradas pelo valor principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

Em 2014 foram promovidas algumas alterações no regulamento dos empréstimos, entre as quais a modificação das datas de concessões e o prazo de quitação. A alteração mais significativa no entanto, é à destinação de 0,03% dos juros aferidos, para a formação do Fundo Garantidor de Empréstimos – FGE, o qual teve início no mês 08/2014.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários dos patrocinadores e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxílio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Foram constituídas provisões para perdas relativas a inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24/09/2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.570	3.994
(-) PROVISÃO P/ CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(58)	(58)
VALORES A RECEBER	3	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	4.515	3.936

6 – ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
PERMANENTE	92	95
BENS MÓVEIS	75	95
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	14	16
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4	2
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	49	67
CONDICIONADORES DE AR	8	10
BENS IMÓVEIS	17	-
BENFEITORIAS EM IMÓVEL DE TERCEIRO	17	-

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.
- Computadores e Periféricos (Hardware e Software) – 20% a.a.

(Valores em R\$ mil)

MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2014	2013
1. Saldo do Imobilizado = (1.1 + 1.2)	92	95
1.1. Bens Móveis	75	95
Custo Corrigido	375	365
Adições	5	16
Baixas	-	(6)
Depreciações	(305)	(280)
1.2. Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	17	-
Custo Corrigido	-	-
Adições	17	-
Baixas	-	-
Depreciações	-	-
2. Saldo do Intangível = (2.1)	-	-
2.1. Software	-	-
Custo Corrigido	2	2
Amortização	(2)	(2)
TOTAL DO PERMANENTE = (1+2)	92	95

7 – GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as operações com o Plano de Saúde da Entidade que encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sob o no 32.966-5, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos do PLASS.

8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes e assistidos, salários dos empregados da entidade, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

Em 2013, o item “Outras Exigibilidades” da Gestão Previdencial contemplava os valores de Custeio Administrativo a repassar à Gestão Administrativa. Em 2014 estes valores foram ajustados de acordo com as eliminações para consolidação do balanço, Nota 17.

A variação na gestão administrativa refere-se a provisão para pagamento da premiação por batimento de metas, limitada a 2 salários, não efetuada no exercício de 2013.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL	495	614
GESTÃO PREVIDENCIAL	192	511
BENEFÍCIOS A PAGAR	20	42
RETENÇÕES A RECOLHER	172	156
OUTRAS EXIGIBILIDADES	-	313
GESTÃO ADMINISTRATIVA	295	103
CONTAS A PAGAR	230	61
RETENÇÕES A RECOLHER	46	41
TRIBUTOS A RECOLHER	10	-
OUTRAS EXIGIBILIDADES	9	1
INVESTIMENTOS	8	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6	-
OUTRAS EXIGIBILIDADES	2	-

9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo relativo à devolução de impostos retidos no valor de R\$1.000,00 e outro de recálculo de benefícios estimado inicialmente em R\$ 27.120,00, este último, em função da determinação de depósito judicial a ser realizado em janeiro de 2015, foi atualizado em mais R\$ 5.632,00, totalizando R\$ 32.752,00. Nos outros processos da Gestão Previdencial, a FAECES é parte junto ao patrocinador CESAN, e em caso de perda do litígio, não haverá desembolso da fundação, mas do próprio patrocinador. O depósito judicial no valor de R\$125.129,93, referente a processos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, os quais foram julgados a favor da fundação e os débitos foram baixados da Procuradoria, foi devolvido a FAECES em 17/06/2014, atualizado monetariamente em mais R\$ 27.640,84.

A Gestão Administrativa possuía dois processos trabalhistas sendo eles, um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e uma solicitação de verbas rescisórias. Este último, após acordo com a contraparte, foi quitado em 23/01/2014.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
GESTÃO PREVIDENCIAL	34	28
PROVISÃO	34	28
GESTÃO ADMINISTRATIVA	50	69
COMUM	50	69
PROVISÃO	50	69
TOTAL DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	84	97

10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os cálculos registrados na contabilidade foram efetuados de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base nos Planos de Benefícios, tendo sido elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial Ltda, consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 03/03/2015.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas no Demonstrativo Atuarial - DA.

10.1 Benefícios Concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

10.2 Benefícios a Conceder

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

10.3 Provisões Matemáticas a Constituir

Registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis. O Serviço Passado é de responsabilidade exclusiva do patrocinador e o Déficit Equacionado de responsabilidade dos participantes, assistidos e patrocinador.

- a) **Serviço Passado** - Representa o calculo atuarial do valor a receber do patrocinador, relativo ao tempo de serviço dos seus empregados anteriores à criação da FAECES. Conforme Termo Aditivo 01 ao Contrato de Confissão de Dividas, assinado entre a Cesan e a FAECES, o montante, R\$ 51.394.362,47, foi dividido em 120 parcelas mensais, contadas a partir de janeiro de 2008 e, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano, mais o índice INPC, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à competência da parcela. Ao final de 2014 o saldo remanescente daquele montante foi repactuado através do Termo Aditivo 02 e foi acrescido dos valores determinados por estudo atuarial específico, em função das alterações do plano de cargos e salários do patrocinador, bem como, dos percentuais de aumento real concedidos por ela. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros, o novo montante, R\$ 26.649.244,07, será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015.
- b) **Déficit Equacionado** - Em observação ao art. 28, da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, o Déficit acumulado no final do exercício de 2010, da ordem de R\$ 4.735.437,54, foi equacionado através de contribuições extraordinárias, efetuadas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, a partir de março de 2012, num prazo de 6 anos, aplicando-se sobre o salário de contribuição, os seguintes percentuais:

ANO	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS	PATROCINADORES
De março/2012 a fevereiro/2013	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2013 a fevereiro/2014	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2014 a fevereiro/2015	0,79%	0,66%	0,78%
De março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
De março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
De março/2017 a fevereiro/2018	1,80%	1,51%	1,79%

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	192.109	187.578
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	43	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	192.066	187.578
BENEFÍCIOS A CONCEDER	100.641	79.777
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	10.965	7.975
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	77.783	61.681
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	11.893	10.121
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(29.765)	(23.687)
(-) SERVIÇOS PASSADOS	(26.649)	(20.558)
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(3.116)	(3.129)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	262.985	243.668

11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra o Déficit Técnico acumulado nos exercícios de 2013 e 2014. Em função da volatilidade do mercado financeiro, a FAECES não conseguiu atingir a meta atuarial nestes exercícios, no entanto, a entidade vem promovendo ajustes na carteira de investimentos, o que lhe possibilitou um retorno positivo da carteira em 2014, mas esta rentabilidade não foi suficiente para atender as constituições de reserva, que elevaram o déficit registrado em 2013 em mais 3,49 milhões.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
EQUILÍBRIO TÉCNICO	25.008	21.514
DÉFICIT ACUMULADO	25.008	21.514
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	3.494	21.514
DÉFICIT ANTERIOR	21.514	-

12 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 26/11/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 8,5% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios, entrando em vigor a partir do mês de janeiro de 2010.

Este limite vem sendo observado rigorosamente pela entidade.

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
CUSTEIO ADM. PRATICADO (1 + 2)	7,89%	7,53%
1 - DESPESA ADM. (PREVIDENCIAL + INVESTIMENTO)	2.639	2.366
2 - REC. PREVIDENCIAL + DESP. PREVIDENCIAL	33.436	31.401

13 – CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foi realizado conforme pré-determinado pela Entidade e devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2014/2013.

Este rateio leva em consideração o número de participantes de cada plano de benefícios previdencial e assistencial, bem como o patrimônio investido, quando envolvido a gestão dos investimentos, e sua aplicação abrange os gastos com pessoal, serviços, materiais, etc., em suas respectivas atividades.

Os percentuais se dividem da seguinte forma:

GESTÃO	2014 (%)	2013 (%)
PREVIDENCIAL	72	72
ASSISTENCIAL	7	7
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	21	21

14 – FUNDOS

14.1 Fundo Previdencial

Conforme estabelecido no Art. 32 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constitui o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições dos patrocinadores, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
FUNDO PREVIDENCIAL	365	319
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	365	319

14.2 Fundo Administrativo

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC no 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem as determinações do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado das receitas e despesas previdenciais constituído de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.214	1.239

14.3 Fundo de Investimentos

Registra os valores destinados ao FGE – Fundo Garantidor de Empréstimos conforme previsto no Regulamento do Empréstimo, é constituído pelo aporte mensal de 0,03% sobre o saldo devedor do participante e seu objetivo é a cobertura das possíveis perdas com inadimplência e morte.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO	6	-

15 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O cenário político nacional, o fraco desempenho do mercado financeiro e de capitais, a ameaça da inflação, fatores macroeconômicos externos, dentre outros, afetaram negativamente os investimentos dos planos de benefícios administrados pela FAECES bem como de grande parte do segmento de fundos de pensão.

Os esforços da administração da Entidade garantiram um retorno positivo da carteira de investimentos de R\$ 16.432 mil, entretanto, este retorno representou apenas 64,20% da meta atuarial, e diante das constituições da reserva matemática, o exercício de 2014 registrou um déficit de R\$ 3.494 mil, que somado aos R\$ 21.514 mil de 2013, acumulou um Déficit de R\$ 25.008 mil.

16 – EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

A resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, no seu artigo 4º, incluiu o quadro de “Informações Complementares” na “Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, com o objetivo de

demonstrar o calculo utilizado para a apuração do equilíbrio técnico ajustado. As Demonstrações Contábeis da FAECS não apresentam o referido quadro, uma vez que não efetuou ajustes no Equilíbrio Técnico.

17 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Para consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados ajustes e eliminações nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”, de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. Seguindo a mesma filosofia, e embora não estivessem elencadas na legislação citada anteriormente, incluímos ainda as contas de repasse de valores entre as gestões Previdencial e Administrativa conforme quadro a seguir:

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
DISPONÍVEL	62	8	-	39	-	109
REALIZÁVEL	228.596	11.542	-	1.430	(1.628)	239.940
Gestão Previdencial	1.476	269	-	-	(2)	1.743
Recursos a Receber	1.374	256	-	-	-	1.630
Outros Realizáveis	102	13	-	-	(2)	113
Gestão Administrativa	1.094	120	-	477	(1.626)	65
Contas a Receber	-	-	-	446	(409)	37
Despesas Antecipadas	-	-	-	4	-	4
Participação no Fundo Administrativo	1.094	120	-	-	(1.214)	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	23	-	23
Outros Realizáveis	-	-	-	4	(3)	1
Investimentos	226.026	11.153	-	953	-	238.132
PERMANENTE	-	-	-	92	-	92
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	1.863	-	-	1.863
TOTAL DO ATIVO	228.658	11.550	1.863	1.561	(1.628)	242.004

(Valores em R\$ mil)

PASSIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
EXIGÍVEL OPERACIONAL	555	57	-	297	(414)	495
Gestão Previdencial	548	57	-	-	(413)	192
Benefícios a Pagar	15	5	-	-	-	20
Retenções a Recolher	172	-	-	-	-	172
Outras Exigibilidades	361	52	-	-	(413)	-
Gestão Administrativa	-	-	-	296	(1)	295
Contas a Pagar	-	-	-	230	-	230
Retenções a Recolher	-	-	-	46	-	46
Tributos a Recolher	-	-	-	10	-	10
Outras Exigibilidades	-	-	-	10	(1)	9
Investimentos	7	-	-	1	-	8
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	34	-	-	50	-	84
Gestão Previdencial	34	-	-	-	-	34
Gestão Administrativa	-	-	-	50	-	50
PATRIMÔNIO SOCIAL	228.069	11.493	-	1.214	(1.214)	239.562
Patrimônio de Cobertura do Plano	226.969	11.008	-	-	-	237.977
Provisões Matemáticas	251.977	11.008	-	-	-	262.985
Equilíbrio Técnico	(25.008)	-	-	-	-	(25.008)
Fundos	1.100	485	-	1.214	(1.214)	1.585
Fundos Previdenciais	-	365	-	-	-	365
Fundo Administrativo	1.094	120	-	1.214	(1.214)	1.214
Fundos de Investimentos	6	-	-	-	-	6
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	1.863	-	-	1.863
TOTAL DO PASSIVO	228.658	11.550	1.863	1.561	(1.628)	242.004

Luiz Carlos Cotta
Diretor-Presidente
CPF: 450.306.347-20

Marcelo Vieira Lopes
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 079.013.237-01

Martha Matias Miranda
Diretora de Seguridade
CPF: 379.732.587-87

Célio Ramos Lopes
Contador CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34

PARECERES

14. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS BÁSICO DA FAECES RELATIVO AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Básico da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2014, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 226.968.488,53, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com os seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R\$ 251.976.546,13.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontrava-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 25.008.057,60, equivalente a 9,92% das referidas Provisões Matemáticas.

II. DOS FATORES CAUSADORES DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Pautando-se nos estudos realizados na data base de 31/12/2014, verificou-se que o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 25.008.057,60 foi causado principalmente pelos seguintes fatores:

(Valores em R\$)	
1) Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior	(21.513.830,68)
2) Atualização do Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior, com base na meta atuarial	(2.676.320,54)
3) Perda decorrente dos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos do Plano terem sido inferiores à meta atuarial	(10.786.249,95)
4) Redução nas Provisões Matemáticas decorrente de mudança de tabela de mortalidade geral	12.925.374,40
5) Outras perdas de causas diversas	(2.957.030,83)
6) Déficit Técnico Acumulado no exercício atual (1) + (2) + (3) + (4) + (5)	(25.008.057,60)

III. DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO NOS EXERCÍCIOS DE 2014 E 2010

III.I. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2014

Quanto ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2014 de R\$ 25.008.057,60, insta salientar que é o segundo ano consecutivo em que a referida insuficiência patrimonial é registrada e seu valor representa 9,92% das Provisões Matemáticas, encontrando-se abaixo do limite estabelecido no art. 28, da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013. Por essa razão, não há necessidade de elaboração do plano de equacionamento de déficit.

No entanto, urge alertar que, mantido o desequilíbrio atuarial do Plano de Benefícios no encerramento do próximo exercício de 2015, o referido plano de equacionamento deverá ser elaborado até o final do exercício de 2016, conforme estabelecido na supracitada norma.

III.II. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2010

No que tange ao equacionamento do Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2010, deve-se ressaltar que, de acordo com os estudos atuariais no momento desenvolvidos, as contribuições

extraordinárias para participantes, assistidos e patrocinadores a serem praticadas a partir de março de 2015, pelo prazo remanescente de três anos, são as seguintes:

Ano	Contribuições Extraordinárias		
	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
Março/2015	1,10%	0,92%	1,08%
Março/2016	1,46%	1,21%	1,44%
Março/2017	1,80%	1,51%	1,79%

IV. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios Básico da FAECES, dimensionados através das hipóteses atuariais e dos métodos de financiamento adotados na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	6,86%
Aposentadoria por Invalidez (b)	2,50%
Pensão (c)	3,24%
Pecúlio (d)	0,17%
Resgate (e)	0,21%
Taxa de Carregamento (f)	4,85%
Custo Normal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	17,83%
Custo Suplementar (h)	29,93%
Custo Total (i) = (g) + (h)	47,76%

V. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2014, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios Básico da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

V.I. Contribuição de Participantes:

V.I.I. Contribuição Normal de Participantes

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior.

V.I.II. Contribuição Extraordinária de Participantes

- 1,10% aplicado sobre o salário de participação.

V.II. Contribuição de Assistidos:

V.II.I. Contribuição Normal de Assistidos

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior.

V.II.II. Contribuição Extraordinária de Assistidos

- 0,92% aplicado sobre o benefício.

V.III. Contribuição de Patrocinadores:

V.III.I. Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

- **39,19%** (trinta e nove vírgula dezenove por cento) da folha total do salário de participação, sendo **9,26%** referentes ao Custo Normal e **29,93%** ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de cinco anos, contados a partir de 31/12/2014. A referida taxa de **29,93%** foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 02 do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em 29/12/2014.

V.III.II. Contribuição Extraordinária de Patrocinador

- 1,08% aplicado sobre a folha total de salário de participação.

VI. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	228.657.723,69
2.1	Exigível Operacional	(555.273,01)
2.2	Exigível Contingencial	(33.752,00)
2.3.2	Fundos	(1.100.210,15)
Patrimônio de Cobertura do Plano		226.968.488,53

VII. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Básico da FAECES registraram na data de 31/12/2014 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R\$
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	226.968.488,53
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	251.976.546,13
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	192.066.069,92
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	89.675.947,89
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(29.765.471,68)
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	(26.649.244,07)
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(26.649.244,07)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(3.116.227,61)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	(1.332.375,86)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	(1.348.460,88)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistentes	(435.390,87)
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(25.008.057,60)

VIII. DA REPERCUSSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CESAN E DO REAJUSTE SALARIAL LINEAR CONCEDIDO AOS SEUS EMPREGADOS

Em decorrência da implantação do Plano de Cargos e Salários da CESAN no mês de agosto de 2014 e do aumento salarial linear concedido aos seus empregados no mês de setembro do referido ano, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, relativa ao tempo de serviço passado, foi majorada em R\$ 11.230.935,00.

Deve-se destacar que o referido montante foi acrescido ao saldo devedor de R\$ 15.418.309,07, relativo ao valor atual da Confissão de Dívida estabelecida no Termo Aditivo nº 1, perfazendo o total de R\$ 26.649.244,07, a ser amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015, inclusive, terminando em 31/12/2019, conforme previsto no Termo Aditivo nº 2 de Confissão de Dívida, firmado em 29/12/2014.

IX. DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefícios Básico da FAECES, verificamos que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2014, foi de 7,87%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante o ano de 2014, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 1,45% ao ano, índice inferior à meta atuarial de 5,75% admitida no encerramento do exercício de 2013.

X. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, ressaltamos que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a tabela de mortalidade geral, que foi substituída pela AT-1983.

Acerca da taxa real de juros, é oportuno registrar que o Plano de Benefício Básico foi avaliado admitindo-se a taxa de 5,65%, correspondente ao limite superior de que trata o item 4.2 do Anexo à Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

XI. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

XII. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos pelo Plano de Benefício Básico da FAECES, atestamos que foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias.

Vitória, 03 de março de 2015.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

15. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES

REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014

1. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Com base nos resultados encontrados na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES, realizada em 31/12/2014, certificamos que as Provisões Matemáticas do referido Plano atingiram o valor de R\$ 11.007.920,89, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Valores em R\$
1. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	42.544,25
2. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	10.965.376,64
2.1 Benefício Programado – parcela Patrocinador	5.018.791,12
2.2 Benefício Programado – parcela Participante	5.507.672,66
2.3 Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	219.456,43
2.4 Benefício Não Programado – parcela Participante	219.456,43
TOTAL	11.007.920,89

2. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 11.007.920,89, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	11.550.410,15
2.1	Exigível Operacional	(57.052,61)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(485.436,65)
Patrimônio de Cobertura do Plano		11.007.920,89

3. DA CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2015, corresponde a 6,61% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo 5,82% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,24% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

4. DA CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2015, corresponde a 6,70% do Salário de Participação, sendo 5,91% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,24% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

5. DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECES, ao longo do exercício de 2014, foi de 7,33%, admitindo-se como parâmetros de avaliação os valores das cotas de dezembro de 2013 e 2014, respectivamente, 2,075664 e 2,227737. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2014, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 0,94% ao ano, percentual abaixo da meta atuarial de 5,75% ao ano, admitida no encerramento do exercício de 2013.

6. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais biométricas, ressaltamos que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a tábua de mortalidade geral, que foi substituída pela AT-1983.

Acerca da taxa real de juros, é oportuno registrar que o Plano de Benefício II foi avaliado admitindo-se a taxa de 5,65%, devendo-se ressaltar que foi obtido o percentual de 5,89% como o limite superior de que trata o item 4.2 do Anexo à Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

7. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

8. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes do Plano de Benefícios II da FAECES, atestamos que foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias.

Vitória, 03 de março de 2015.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

16. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras da
Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES
Vitória, ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis consolidada da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase sobre a insuficiência atuarial de determinados planos de benefícios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a FAECES apurou em 31 de dezembro de 2014, déficit técnico acumulado nos investimentos dos planos no montante de R\$ 25.008 mil. De acordo com o que estabelece a Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, caso o déficit permaneça por três anos consecutivos a FAECES deverá equacioná-lo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com emissão do relatório em 21 de março de 2014, que conteve ênfase quanto ao déficit técnico acumulado nos investimentos dos planos administrados pela FAECES, no montante de R\$ 21.513mil.

Vitória, ES, 06 de março de 2015.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES00028/O-0

17. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, após análise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2014 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, DECIDINDO POR UNANIMIDADE, PELA SUA APROVAÇÃO.

Vitória-ES, 17 de março de 2015.

Luciana Miranda Soares Garcia
Presidente

André Barbosa Barreto Duarte
Membro

Edmar José Zorzal
Membro

Maria Luiza da Silva
Membro

18. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 16/12/2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2014.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2014.

Vitória-ES, 18 de março de 2015.

Ana Cristina Munhós de Souza
Presidente

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Membro

Maria Elisabeth Camata Bôckel
Membro

André Luiz De Oliveira Lima
Membro Suplente

19. EXPEDIENTE

Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - BL.A
Salas 1304 a 1310 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900 | Fax: (27) 2122-3913
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro do PLASS - Plano de Assistência à Saúde da FAECES na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor Presidente)
Martha Matias Miranda (Diretora de Segurança)
Marcelo Vieira Lopes (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Ana Cristina Munhós de Souza (Presidente) | Millena Plaster Benevides Freitas
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | Maria Elisabeth Camatta Bôckel

Suplentes:

Helio de Sousa | Átila Travaglia Pasini
Elza de Abreu Costa | André Luiz de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Edmar José Zorzal (Presidente) | Luciana Miranda Soares Garcia
Maria Luiza da Silva | André Barbosa Barreto Duarte

Suplentes:

Reginaldo José de Castro | Geovan Scheneider
Sebastião Fortes Coelho | Leandro Rezende de Abreu

Editado sob responsabilidade da Diretoria.

Produção:

Plus Interativa
Tel: (21) 3529-7816 / 2524-9790
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa / Plus (MTB 33650/RJ)



Relatório Anual

2014

Tel: (27) 2122-3900 | Fax: (27) 2122-3913

faleconosco@faeces.com.br

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas
Center - B.L.A - Salas 1304 a 1310 -
Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930